

“O MÉDICO QUE SOBREVIVERÁ SERÁ O QUE ESTIVER DISPOSTO A FAZER MAIS CEDÊNCIAS CONTRATUAIS”

Nuno Menezes Gonçalves é o presidente da Associação Independente dos Médicos Dentistas (AIMD). Esta é uma associação que tem como objetivo aproximar as profissões de saúde e criar uma plataforma comum pela defesa e valorização do ato médico, defendendo o papel pedagógico que instituições como a Ordem dos Médicos Dentistas devem ter nos profissionais



Nuno Menezes Gonçalves, presidente da AIMD (Associação Independente dos médicos dentistas).

Qual a missão da AIMD?

A AIMD pretende ser a voz associativista dos médicos dentistas: uma plataforma de apoio e defesa dos seus interesses comuns, de combate à desvalorização dos profissionais de saúde e de promoção da dignidade da medicina dentária.

Uma equipa de colegas dispostos a sair da sua zona de conforto, a colocarem-se na linha da frente para mobilizar os médicos dentistas. Não em jeito de guerrilha ou oposição, mas uma voz dissonante. Todos sabemos o que está mal na profissão, falta arriscar e propor fazer.

A determinação que fomos demonstrando desde o momento zero foi o primeiro passo para ganhar a credibilidade dos nossos colegas. Nenhum propósito merecedor de luta pode cair por terra porque alguém diz que é impossível ou muito difícil, é preciso que nos mostrem que não é exequível, ou então não baixamos os braços. Não temos praticamente qualquer recurso logístico e financeiro, mas temos motivação e energia, trazemos disrupção e empenho para instaurar um novo paradigma da saúde oral e da profissão na sociedade.

Como tem sido a taxa de inscrições de médicos dentistas nestes primeiros meses?

As associações precisam de associados para terem peso, para poderem ser representativas no diálogo socioeconómico. Gostaria que os meus colegas vissem esta associação não como uma estrutura para cobrar quotas e oferecer vantagens, mas antes como um espaço de todos e para todos, uma plataforma de responsabilidade colectiva pelos erros cometidos no passado e no presente; em suma, **uma instituição proactiva e solidária, que vem colmatar os vazios de legítima ação da Ordem dos Médicos Dentistas e ser mais um braço armado na defesa dos ideais da Medicina Dentária de qualidade e de proximidade.** Tendo nascido no ano 2020, apesar de vários apelos à mobilização dos colegas e de divulgação de iniciativas e intervenções, não me apraz informar que apenas superámos a barreira dos 100 associados. É por isso que o nosso objectivo principal é e continuará a ser a mobilização em massa da classe profissional para o debate e diálogo, algo que nem na última campanha eleitoral da Ordem dos Médicos Dentistas se conseguiu levar a cabo e que é reflexo do panorama nacional de desinteresse das pessoas na vida política e no activismo cívico.

Qual é a duração do mandato dos atuais órgãos sociais e qual o plano estratégico traçado para o mesmo?

Os mandatos têm a duração de quatro anos. Numa primeira fase, foi importante delinear as estratégias de ação que o nosso público-alvo sentisse como as mais prementes para defesa da profissão. Não é surpresa não haver metas a curto prazo que se considerem fáceis e exequíveis. Há um fundo comum à nossa identidade e missão, que é a ideia da indissolubilidade de economia com saúde e vice-versa. Não deveria ser normal condicionar a estratégia de acção em saúde com base no impacto económico que ela terá. É uma ideia que defendo há muito e que é aplicável, por exemplo, nesta fase pandémica que o país atravessa: não há economia se as pessoas não tiverem saúde. **A saúde deve ser sempre a primeira preocupação no desenvolvimento de novas políticas económicas.** Porque é que não existe medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde? Porque é que se apoia um PNPSO deficitário quando se poderia ter uma rede de clínicas privadas convencionadas com o SNS? Com os dinheiros públicos que já foram injectados em buracos negros financeiros, como o sistema bancário, constata-se que há, de facto, uma despriorização das políticas de saúde e um comodismo em ambicionar universalidade com qualidade nos cuidados de

saúde prestados. Os principais alvos a abordar terão de ser necessariamente estas máquinas de interesses instalados, como as entidades reguladoras, as companhias de seguros, os grandes grupos económicos e as instituições de ensino.

Que projetos já começaram a desenvolver?

Desde a nossa génese, **carrego uma ambição de aproximar as profissões de saúde e criar uma plataforma comum pela defesa e valorização do ato médico.** No final de 2020, contra as expectativas de muitos, conseguimos, em conjunto com a APCMG, sentar à mesma mesa a Ordem dos Médicos (OM) e a Ordem dos Médicos Dentistas (OMD) a debater este tema, criando assim uma sinergia entre ambas as profissões médicas e respectivas ordens profissionais.

A pandemia limitou as iniciativas que tínhamos previstas para 2020, como os debates trimestrais e um possível congresso. Reinventámos a aproximação aos colegas, através de videoconferências e dois encontros presenciais, se bem que o impacto não é semelhante.

Na persecução dos objectivos traçados, levámos a cabo várias reuniões com os organismos competentes nas matérias, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), o Conselho Deontológico e de Disciplina (CDD) da OMD e o próprio Bastonário da OMD. Nos bastidores, estamos em constante interacção e diálogo com a ANC, e estabelecemos um elo de ligação com a ANEMD, na medida em que há desinteresse e desconhecimento da maioria da população estudantil do que a profissão lhes reserva.

Que protocolos já estabeleceram com outros parceiros sociais?

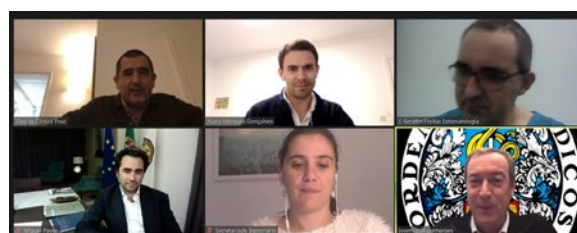
Sendo a AIMD um novo interveniente na medicina dentária, foi importante em primeiro lugar procurar o seu enquadramento estratégico. Mesmo antes da nossa fundação, estabelecemos contacto com o Dr. Manuel Nunes e a Dra. Joana Ribeiro, da Associação Portuguesa de Médicos Dentistas do Serviço Público (APOMED-SP), associação esta que foi a primeira a reconhecer a AIMD. Em seguida, com o Dr. José Mário Martins, médico e presidente da Associação de Medicina de Proximidade (APCMG). Mais tarde, contribuímos para a génese da Associação Nacional de Clínicas (ANC), presidida pelo Dr. André Pereira Simões, e recentemente temos participado em algumas iniciativas da Associação Nacional de Estudantes de Medicina Dentária (ANEMD). Sentimo-nos

próximos da Ordem dos Médicos Dentistas (OMD), através da permanente abertura ao diálogo do Sr. Bastonário, Dr. Miguel Pavão, entre ambas as instituições. No fundo, queremos manter uma relação de força e proximidade com as restantes associações e abrir as portas que a OMD não pode e/ou não consegue abrir.

Qual a sua visão da medicina dentária atual? E daqui a cinco anos?

As profissões de saúde enfrentam o maior desafio da sua história: **a desvalorização constante e progressiva do ato médico.** A entrada de grandes grupos económicos na saúde e de empresas detidas por profissionais alheios à área da medicina (por exemplo, gestores, economistas), aliada ao tremendo e crescente excesso de médicos dentistas no mercado de trabalho, criam condições para que a saúde seja um negócio de venda a retalho: as grandes estruturas, tendo capacidade financeira para se expandir e implementar rapidamente no mercado, oferecem a estes médicos dentistas excedentários condições contratuais desumanas (falo de percentagens de remuneração na ordem dos 15-25%, ou às vezes menos, em que o médico, em alguns casos, tem de pagar inclusive as taxas de utilização do TPA e os juros de financiamentos). Há uma realidade para a qual os estabelecimentos de ensino não preparam os alunos: **a importância de defender uma medicina de qualidade, em detrimento da saúde que se vende ao quilo;** o acompanhamento pessoal dos doentes numa relação de proximidade e confiança, ao invés da captação agressiva de potenciais clientes para alimentar uma máquina. Aqui, os seguros e planos de saúde têm nitidamente um papel coadjuvante no aumento desta precariedade. Os seguros, planos e cartões de saúde têm uma característica em comum: vender aos clientes tabelas de atos médicos com custos incoportáveis para a prática de uma medicina de qualidade. Se outrora poder-se-ia dizer que havia seguros justos, hoje os prestadores convencionados são coagidos à aceitação de tabelas gradualmente mais baixas com o argumento salvífico de sobreviver num mercado tão agressivo como este. O que estas empresas não dizem, no entanto, é que incitam os prestadores a esquemas de sobrefacturação e sobretratamento, enganando os clientes e colocando o ónus da promiscuidade em cima do médico. Não deveria ser natural entender que a prática médica tem custos associados – como, aliás, qualquer atividade económica – e que é impossível praticar atos médicos gratuitos ou a valores residuais e abaixo de custo assegurando, em simultâneo, cuidados de saúde de qualidade?

Por isso, defendo o papel pedagógico que instituições como a Ordem dos Médicos Dentistas devem ter nos profissionais, nomeadamente através da **penalização dos diretores clínicos que permitem que as clínicas a que pertencem implementem tais práticas.** Paralelamente, importa dar o exemplo aos seus profissionais, dar um sinal,



abolindo designadamente quaisquer relações económicas e favorecimentos com estruturas que prejudicam diariamente a medicina dentária em Portugal. Dou como exemplo o protocolo que vigora com a companhia de seguros AGEAS, um conglomerado ao qual estão directamente ligadas empresas como as Clínicas Médis e a Montellano. Não podemos favorecer empresas que são uma das personificações do mal que assola a medicina dentária, há que recuar atrás dessa linha vermelha.

A este novo paradigma está associada a prática de publicidade desenfreada e concorrência desleal, com apelo a promoções, ofertas e pagamentos faseados de atos médicos, uma luta pela última migalha do bolo que é a população. Foi para mim um grande espanto ver uma instituição de ensino superior privado a garantir uma taxa de empregabilidade para os médicos dentistas recém-formados superior a 90%, quando a realidade traduz precisamente o contrário. Mais ainda, uma denúncia sobre a mesma instituição de ensino alegando uma convenção com a Medicare, entre outros planos de saúde. Ora, isto só demonstra o caos que se instalou na profissão e o poço que se cava todos os dias e parece não ter fundo: agora, uma instituição de ensino superior tem necessidade de garantir convénios e protocolos para assegurar que os alunos tenham prática clínica pré-graduada. E bem conhecemos a parca abundância de atos clínicos realizados no ensino pré-graduado, nos últimos anos. Porquê? Antigamente, os pacientes sujeitavam-se a filas de espera de atendimento nas clínicas universitárias, porque os valores de atos médicos praticados eram inferiores à média do mercado privado e porque há supervisão de docentes na execução dos tratamentos. **Hoje, a confiança passa para segundo plano, e temos planos de saúde, consultórios e redes de clínicas a praticarem valores bem abaixo dos que se verificam nas clínicas universitárias,** o que se traduz no esvaziamento da *pool* de pacientes para o ensino pré e pós-graduado. Portanto, já não são só os pacientes a serem prejudicados por políticas económicas apoiadas neste dogma da autorregulação do mercado, mas os estudantes que pagam a peso de ouro a sua formação e acabam por ser defraudados.

Em cinco anos, se não houver uma estratégia concertada entre as várias profissões de saúde, temo que assistiremos à extinção dos pequenos prestadores privados, com predomínio dos grandes grupos económicos, algo que já se está a observar no favorecimento das convenções de planos de saúde e encaminhamento de utentes. A medicina de proximidade será substituída pela venda de serviços médicos em regime de comércio de retalho. O doente não será visto como uma pessoa, mas como um terminal multibanco. **O médico que sobreviverá será o que estiver disposto a fazer mais cedências contratuais, e não o clínico mais experiente.** ■